FATORES FACILITADORES

Questionário de avaliação e análise

Fevereiro de 2023

tabela de conteúdos

[Início Rápido 3](file:///C:\Users\dmilv\Downloads\24-23-02-POR_Enabling%20Factors%20Analysis%20Template%20Feb%208_POR_JSOC_2023_02_23_REV-final.docx#_Toc128557323)

[Questionário de avaliação 4](#_Toc128557324)

[Dados e Evidências 5](#_Toc128557325)

[Planeamento, Políticas e Monitorização de Setor na Perspetiva de Género 8](#_Toc128557326)

[Coordenação Setorial 12](#_Toc128557327)

[Volume, Equidade e Eficiência das Despesas Públicas Nacionais na Educação 15](#_Toc128557328)

[Lista de Verificação da Documentação 16](#_Toc128557329)

[Análise Dos Fatores Facilitadores 20](#_Toc128557330)

[Resumos das Discussões 21](#_Toc128557331)

[Classificação das Prioridades 23](#_Toc128557332)

[Tabelas de Análise dos Fatores Facilitadores 25](#_Toc128557333)

## Início Rápido

**O que é este documento?**

Este documento, composto por um **questionário e uma análise descritiva**, foi criado com o intuito de orientar o país parceiro na análise dos elementos básicos, também designados pelo GPE como “**fatores facilitadores**” de um sistema educativo funcional.

Com base neste documento, serão levadas a cabo discussões significativas e inclusivas sobre os quatro fatores facilitadores e que poderão servir para identificar, quer as **bases sólidas, quer as possíveis lacunas** de um determinado sistema educativo.

A **análise dos fatores facilitadores** que resulta deste processo é um passo crucial para a análise de uma **reforma prioritária** no setor da educação e que será a base para o **pacto de parceria** de um país e o foco do apoio do GPE.

**O que é necessário fazer?**

1. **Concordar na reforma prioritária** que o país pretende realizar para transformar o sistema educativo e **incluir a ata** dessa discussão, juntamente com a candidatura
2. **Preencher o questionário** para identificar eventuais obstáculos às melhorias, bem como os pontos fortes que poderão ser aproveitados
3. Reunir a **documentação de suporte**, utilizando a lista de verificação apresentada
4. **Rever** o questionário de análise com o **grupo de educação local**
5. **Preencher a análise** presente na segunda secção deste documento, em conjunto com o grupo local de educação, para identificar os maiores obstáculos ao sucesso da reforma prioritária pretendida.
6. **Priorizar os fatores facilitadores**, tendo por base a sua importância para o sucesso da reforma prioritária, explicando, resumidamente, a lógica subjacente
7. **Preencher a** [**Matriz de Financiamento Nacional**](https://www.globalpartnership.org/content/domestic-financing-matrix)
8. **Entregar** o dossier completo ao grupo local de educação, antes da sua submissão
9. **Submeter** o dossier final ao Secretariado do GPE

Caso seja necessário, por favor consulte o [Diretrizes para o Desenvolvimento do Pacto de Parceria](https://www.globalpartnership.org/content/partnership-compact-development-guidelines-draft" \t "_blank).

**Como submeter a minha análise e documentação de apoio?**

Submeta a **análise,** devidamente preenchida, a **Matriz de Financiamento Nacional** e os **documentos de apoio**, incluindo a ata da reunião com o grupo local de educação em que se discutiu e acordou a reforma prioritária, diretamente para o Secretariado do GPE, através do email: [gpe\_grant\_submission@globalpartnership.org](mailto:gpe_grant_submission@globalpartnership.org)

**O que se segue?**

O Secretariado do GPE irá rever a submissão para garantir o seu correto preenchimento, antes de a entregar ao **Painel Consultivo Técnico Independente,** para posterior avaliação.

|  |
| --- |
| Questionário de avaliação |
| **Como preencher esta secção**  Selecione, simplesmente, uma das opções **“SIM” ou “NÃO” e apresente uma breve explicação** no espaço indicado. Se a questão não for aplicável, escreva **“N/A”** na caixa de resposta e apresente uma breve explicação.  Responder **SIM** significa que se **cumprem** as **condições básicas que possibilitam** a transformação do sistema em análise. No entanto, é possível que a análise que será realizada na segunda secção ainda possa revelar problemas subjacentes que poderão dificultar um avanço significativo e sustentável. Esta questão deverá ser abordada durante as discussões sobre o pacto de parceria do país e, possivelmente, através do financiamento do GPE.  Responder **NÃO** significa **que não se cumprem as condições básicas que facilitam** a transformação do sistema e que esta situação terá que ser abordada durante as discussões sobre o pacto e, possivelmente, através do financiamento do GPE, do governo ou de outro parceiro de desenvolvimento. A análise realizada na segunda parte deste exercício poderá revelar que o desempenho numa determinada área do fator facilitador é adequado, dadas as circunstâncias, ou que, em si mesmo, não constitui um impedimento a um avanço significativo e sustentável.  Use a **lista de verificação** fornecida para confirmar todos os documentos de suporte para a submissão. Caso algum deles esteja em falta, por favor, apresente documentos comprovativos alternativos ou uma breve explicação. |
| **Dicas úteis**   * **Identifique** uma pessoa que possa aceder aos documentos oficiais e comece a reunir documentação de apoio, mesmo antes de estabelecer um grupo de trabalho * **Comece a trabalhar atempadamente na [Matriz de Financiamento Nacional](https://www.globalpartnership.org/content/domestic-financing-matrix" \t "_blank)** e discuta esse assunto com a equipa do GPE para o seu país, caso tenha alguma dúvida * **Considere utilizar uma subvenção para o reforço das capacidades de sistema** para apoiar este processo. Caso seja necessário, o GPE poderá tratar rapidamente a candidatura para esta subvenção e informar os consultores * O **GPE** poderá dar o seu feedback a **uma versão preliminar** (reconhecendo que isto não substituirá o diálogo e verificação por parte do governo) * **Identifique documentação alternativa,** caso o material sugerido não esteja disponível * Considere organizar um **workshop** para realizar a análise, uma vez que poderá ser uma oportunidade para detetar as dificuldades de entrega e, simultaneamente, poderá poupar tempo * **Contacte o líder de equipa do GPE do seu país** para obter sugestões sobre como avançar no processo, tais como estabelecer contactos com outros países, caso seja útil |

|  |  |
| --- | --- |
|  | |
| **INSERIR AQUI O NOME DO PAÍS** | |
| Dados e Evidências | |
| 1. **Foi elaborado um relatório estatístico anual nos últimos dois anos?**   Esta questão procura avaliar a capacidade das autoridades do setor da educação para recolher, processar e difundir estatísticas sobre a participação e trajetória educativa dos estudantes, das escolas, dos ambientes de aprendizagem e dos professores, etc. | |
| **SIM**  Escolha o documento relevante, no espaço abaixo, de entre os seguintes: **anuário estatístico** ou boletins estatísticos. Por favor, forneça um link, se disponível. | **NÃO**  Apresente (se disponível) um ou mais documentos normativos ou programáticos que descrevam planos ou ações em curso para lidar com esta situação. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Nos últimos 3 anos, foram produzidos relatórios sobre a avaliação da aprendizagem, representativos da realidade nacional e que englobem os resultados da aprendizagem do ensino básico?**   Esta questão procura avaliar a capacidade das autoridades de educação para produzir dados que permitam monitorizar os resultados da aprendizagem por todo o país. | |
| **SIM**  Apresente os dois relatórios de avaliação da aprendizagem mais recentes ou resumo dos **conjuntos de dados sobre a aprendizagem de grande escala ou outras evidências,** que não tenham mais do que 3 anos de antiguidade. Poderá incluir vários relatórios, caso abordem disciplinas ou níveis de ensino diferentes. | **NÃO**  Apresente (se disponível) um ou mais documentos normativos ou programáticos que descrevam planos ou ações em curso para lidar com esta situação. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Os dados administrativos e de aprendizagem disponíveis estão desagregados por sexo?**   Esta questão procura avaliar a capacidade das autoridades de educação para produzir dados desagregados por sexo, que permitam analisar as dificuldades específicas que enfrentam os rapazes e as raparigas. A questão refere-se ao anuário estatístico e aos dados de aprendizagem identificados nas duas questões anteriores. Mesmo que não estejam disponíveis quaisquer anuários estatísticos ou dados de aprendizagem, por favor descreva os esforços recentes ou em curso, caso existam, para lidar com esta situação. | |
| **SIM**  Apresente os dois **censos escolares** mais recentes disponíveis ou qualquer outra evidência de **dados administrativos e de aprendizagem desagregados por sexo.** Por exemplo, o questionário utilizado no censo escolar ou o que preenchem os alunos nas avaliações de aprendizagem ou relatórios de dados desagregados por sexo. | **NÃO**  Apresente (se disponível) um ou mais documentos normativos ou programáticos que descrevam planos ou ações em curso para lidar com esta situação. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Nos últimos três anos foram recolhidas estatísticas chave no âmbito da educação, desagregadas por tipo de incapacidade?**   Esta questão procura verificar se as autoridades de educação e os seus parceiros estão a recolher dados sobre tipo de incapacidade e se as estatísticas, tais como a taxa de matrícula e de conclusão, a taxa de crianças não escolarizadas e/ou os resultados básicos da aprendizagem são desagregadas por tipo de incapacidade. | |
| **SIM**  Apresente relatórios que incluam estatísticas educativas desagregadas por **tipo de incapacidade** e que não tenham mais do que 3 anos de antiguidade, ou, alternativamente, apresente o instrumento utilizado para recolher dados (por exemplo, **relatório do censo escolar**). | **NÃO**  Apresente (se disponível) um ou mais documentos normativos ou programáticos que descrevam planos ou ações em curso para lidar com esta situação. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Foram realizadas, recentemente, avaliações de desempenho ou diagnósticos do sistema, abrangendo todo o setor e utilizando apenas dados dos últimos três anos?**   Esta questão procura verificar se as autoridades de educação e os seus parceiros produzem ou solicitam, com regularidade, a realização de estudos diagnósticos sobre os obstáculos específicos do sistema ou avaliações de desempenho que abranjam todo o setor, como por exemplo, análise do setor da educação, avaliações de implementação do plano do setor, etc. Um diagnóstico deverá ir além dos dados descritivos e da análise de desempenho, examinando as causas e as razões que estão na base das disfuncionalidades identificadas. | |
| **SIM**  Apresente uma **análise** recente **do setor da educação** ou um relatório intermédio do plano para o setor da educação e/ou uma avaliação do mesmo (alternativamente, relatório de desempenho do sistema) ou um **diagnóstico de sistema,** publicado nos últimos 3 anos. | **NÃO**  Apresente (se disponível) evidências de um plano para uma análise do setor da educação ou um diagnóstico de sistema. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Foi realizada uma análise ou diagnóstico das questões de género ao nível macro ou setorial nos últimos três anos?**   Esta questão procura verificar se a perspetiva de género, incluindo as normas sociais prejudiciais, está corretamente incorporada na base empírica. | |
| **SIM**  Apresente uma **análise recente das questões de género ou um diagnóstico de sistema** publicado nos últimos 3 anos, ao nível setorial ou macro. Poderá incluir relatórios sobre questões específicas (por exemplo, violência de género, impacto de normas sociais/culturais nos resultados da educação, etc.). | **NÃO**  Apresente (se disponível) evidências de um plano para uma análise ou diagnóstico das questões de género. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |

|  |  |
| --- | --- |
| Planeamento, Políticas e Monitorização de Setor na Perspetiva de Género | |
| 1. **O país aplica um quadro legal que garante 12 anos de ensino público básico e secundário, gratuito e de qualidade, dos quais, pelo menos, 9 anos são obrigatórios?**   Esta questão procura verificar se o país promulgou uma lei que garante o direito à edução, de acordo com a Declaração de Incheon e o Marco de Ação para a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Isto inclui, assegurar o direito à educação, de acordo com as normas internacionais para grupos marginalizados, tais como refugiados, pessoas deslocadas internamente e minorias étnicas. Entre as normas de direitos mais relevantes encontram-se a Convenção sobre os Direitos das Crianças, o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção e Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, a Convenção da UNESCO contra a Discriminação na Educação e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências. | |
| **SIM**  Apresente o atual **enquadramento legal** ou outro documento (por exemplo, um plano para o setor educativo) no qual estejam descritos os direitos legais à educação para todas as crianças e o **plano atual para o setor da educação,** ou plano de transição para a setor de educação, ou qualquer outro enquadramento político atual que demonstre como as atividades e as políticas se relacionam com o enquadramento legal, relativamente ao direito à educação. | **NÃO**  Apresente (se disponível) evidências de desenvolvimento de um enquadramento legal relevante, ou que há planos para o seu desenvolvimento. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **O país assegura, pelo menos, um ano de educação pré-escolar gratuita, obrigatória e de qualidade para todas as crianças, sem discriminação?**   Tal como na questão 7, o objetivo é determinar se um país tem um enquadramento normativo que assegure o direito ao ensino na infância de acordo com os enquadramentos internacionais, detalhados acima. | |
| **SIM**  Mesma documentação solicitada na questão 7. | **NÃO**  Aplica-se o mesmo da questão 7. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Existe atualmente um plano/enquadramento normativo para o setor da educação, aprovado pelo governo?**   Esta questão procura determinar a existência de um enquadramento normativo estratégico, capaz de fornecer uma visão a médio e longo prazo para o sistema educativo do país. | |
| **SIM**  Apresente o **plano** atual **para o setor da educação**, o plano de transição da educação ou qualquer outro modelo normativo que apresente as prioridades das políticas e os resultados associados para o setor a médio e longo prazo. | **NÃO**  Apresente (se disponível) evidências de que está previsto o desenvolvimento de um plano para o setor educativo ou uma estratégia setorial. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Se a resposta à questão 9 for SIM: O plano para o setor da educação, ou o enquadramento normativo, propõem estratégias para lidar com as desigualdades de género?**   A questão pretende avaliar se foram criadas estratégias setoriais para lidar com disparidades e desigualdades de género na educação. | |
| **SIM**  Por favor, especifique abaixo onde podem ser encontradas referências a **estratégias de género** no **plano** atual **para o setor da educação**, no plano de transição para a educação ou em qualquer outro enquadramento normativo que descreva as prioridades do setor, relativamente à igualdade de género. Caso exista uma estratégia independente para a igualdade de género, pode ser incluída aqui. | **NÃO**  Apresente evidências de que está prevista uma atualização do plano para o setor educativo ou uma estratégia de setor que promova a igualdade de género. Alternativamente, apresente (se disponível) evidências de que está prevista uma estratégia para o desenvolvimento da igualdade de género ou para a educação das raparigas. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **O país tem planos de contingência para manter a prestação de serviços de educação básicos durante períodos de crise, como desastres ou emergências de saúde e/ou adaptar o sistema educativo para mudanças a longo prazo, como as alterações climáticas?**   O objetivo desta questão é determinar se foram criados planos no setor educativo que o preparem para períodos de crise e contextos de mudança, para responder a essas situações e recuperar posteriormente. | |
| **SIM**  Por favor, especifique abaixo onde podem ser encontradas referências a **estratégias de preparação** no atual **plano para o setor da educação**, no plano de transição para a educação ou em qualquer outro enquadramento normativo. Se existirem outras estratégias, podem ser incluídas aqui. | **NÃO**  Apresente evidências de que está prevista uma atualização do plano para o setor educativo ou uma estratégia de setor, a fim de incluir estratégias de preparação. Alternativamente, apresente (se disponível) evidências de que está previsto o desenvolvimento de outros planos ou estratégias de preparação independentes. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Existe um instrumento de planeamento operacional em vigor?**   Esta pergunta procura determinar se as políticas prioritárias estabelecidas para o setor se traduzem num conjunto coerente de atividades para um período específico, com informações sobre prazos, funções, responsabilidades e custos. | |
| **SIM**  Apresente o **plano operacional ou de implementação** para o setor da educação. | **NÃO**  Apresente (se disponível) evidências de que está previsto o desenvolvimento de um instrumento de planeamento operacional. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Foram elaboradas projeções financeiras para o setor da educação que abrangem a duração do plano operacional?**   Esta questão procura verificar se as autoridades da educação e os seus parceiros elaboram projeções financeiras e de recursos para orientar o planeamento operacional, as alocações e a programação do orçamento do setor. | |
| **SIM**  Apresente o **modelo de simulação financeira** ou qualquer outro documento de projeção financeira, que indique os custos e necessidades de recursos para o setor, durante a vigência do plano operacional (por exemplo**, enquadramento de despesas a médio prazo**). | **NÃO**  Apresente (se disponível) evidências de que está prevista a elaboração de um exercício de projeção de custos para orientar os processos de planeamento do setor e a alocação de recursos/programação do orçamento. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **É realizado um relatório anual sobre o desempenho do setor?**   Esta questão procurar verificar se as autoridades da educação e os seus parceiros avaliam, com regularidade, o progresso e o desempenho na execução do plano nacional para o setor da educação, o enquadramento normativo ou os planos operacionais, utilizando dados e evidências. | |
| **SIM**  Apresente os dois **relatórios anuais de implementação para o setor** mais recentes ou documentos de revisão conjunta do setor ou documentos equivalentes de monitorização. | **NO**  Apresente (se disponível) evidências de que estão a ser levadas a cabo medidas para realizar uma análise de progresso anual no setor ou da implementação do plano de setor. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |

|  |  |
| --- | --- |
| Coordenação Setorial | |
| **DIÁLOGO INCLUSIVO E AÇÃO COORDENADA DO SETOR** | |
| 1. **Existe um mecanismo estabelecido para a coordenação das partes interessadas do setor da educação?**   Esta questão procura verificar se existe um órgão de coordenação das várias partes interessadas do setor, onde estas são convidadas a participar num diálogo sobre as políticas educativas. | |
| **SIM:**  Apresente **os termos de referência do grupo de educação local** (ou grupo equivalente de coordenação das várias partes interessadas) ou qualquer outro documento relevante que comprove a existência de um mecanismo de coordenação setorial. | **NÃO:**  Apresente (se disponível) evidências de que estão a ser adotadas medidas para criar um mecanismo de coordenação das várias partes interessadas. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Se a resposta à questão 15 for SIM: O mecanismo de coordenação inclui TODAS as partes interessadas do setor da educação?**   Especificamente, as organizações nacionais da sociedade civil, as organizações de professores e as organizações com foco na igualdade de género participam ativamente no diálogo setorial com as outras partes interessadas, como os governos nacionais, os doadores, a sociedade civil, os professores, as entidades filantrópicas e o setor privado? Nos países afetados por crises, incluem-se aqui os representantes dos mecanismos de coordenação humanitária da educação. | |
| **SIM:**  Apresente as **atas das duas últimas reuniões de coordenação do setor** (grupo de local educação ou grupo equivalente de coordenação das várias partes interessadas), demonstrando a participação no grupo local de educação. | **NÃO**  Apresente (se disponível) evidências de que estão a ser adotadas medidas para incluir todas as partes interessadas do setor da educação num mecanismo de coordenação. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Se a resposta à pergunta 15 for SIM: O mecanismo de coordenação do setor foi avaliado ou revisto nos últimos 3 anos?**   Esta questão procura avaliar se o órgão de coordenação é sujeito a revisões periódicas que permitam avaliar e abordar os seus principais problemas de eficiência, com vista a melhorar e adaptar as práticas de coordenação. | |
| **SIM**  Se disponível, apresente a avaliação ou a análise (externa ou de autoavaliação do funcionamento do grupo local de educação), ou quaisquer outros documentos relacionados ou evidências das decisões e melhorias daí resultantes. | **NÃO**  Apresente (se disponível) evidências de que estão a ser adotadas medidas para a melhoria contínua dos mecanismos de coordenação. |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| **FINANCIAMENTO E FUNDOS COORDENADOS** | | |
| 1. **Atualmente, algum doador utiliza uma modalidade de financiamento alinhada, como apoio ao orçamento?**   Esta questão procura verificar a existência de uma modalidade de financiamento que pode servir para implementar ajuda externa, através de sistemas nacionais. Designa-se por “modalidade alinhada”, um apoio externo sob a alçada do parlamento, desembolsado na conta do tesouro nacional e que figura no mesmo mecanismo contabilístico que é utilizado para as despesas do orçamento nacional. Consulte o documento [[Diretrizes para o Desenvolvimento do Pacto de Parceria](https://www.globalpartnership.org/content/partnership-compact-development-guidelines-draft)](https://www.globalpartnership.org/content/partnership-compact-development-guidelines-draft) para obter mais informações sobre critérios de alinhamento e exemplos de diferentes tipos de modalidades alinhadas, adaptadas a vários contextos e níveis de risco. Recomenda-se a consulta da entidade destacada no ministério das finanças para responder a esta questão. | | |
| **SIM**  Esta modalidade alinhada é usada para financiamento externo que se destina ao setor da educação? Por favor, apresente documentação de apoio. | **NÃO**  Há alguma intenção de desenvolver uma modalidade de financiamento alinhada ou conjunta a médio ou longo prazo? Se sim, apresente uma breve descrição dos avanços realizados até à data, caso existam. Se não, explique sucintamente as razões para essa situação. | |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | | |
| 1. **Há algum mecanismo de financiamento conjunto (usado por mais de dois doadores) disponível no setor da educação?**   Esta questão procura determinar se existe um mecanismo de financiamento conjunto que possa fornecer financiamento em escala e abranger recursos fungíveis de vários parceiros de desenvolvimento (ou seja, os recursos dos doadores são misturados e não contabilizados separadamente nas despesas).  **Nota:** Caso tenha sido identificada uma modalidade alinhada na questão anterior, indique aqui se também é alvo de um financiamento conjunto (ou seja, se tem mais de dois doadores). | | |
| **SIM**  Apresente documentos relevantes do programa, nos quais estejam indicados os doadores conjuntos ativos ou os procedimentos para facilitar a participação de novos doadores (por exemplo, **acordo de financiamento conjunto, memorando de entendimento ou manual de operações de um fundo comum**) e indique se este mecanismo de financiamento conjunto também está alinhado com os sistemas de gestão financeira pública nacional. | **NÃO** | |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | | |
| 1. **Foi estabelecida alguma prática para monitorizar regularmente a proporção de ajuda externa à educação que está alinhada com a gestão das finanças públicas nacionais e sistemas de responsabilização, em contraponto com a parte que não está?**   Esta questão procura avaliar o nível de informação e diálogo em torno de assuntos relacionados com a eficácia da ajuda, com respeito ao nível de alinhamento da ajuda com os sistemas nacionais e qualquer incidência de fragmentação da ajuda. | | |
| **SIM:**  Inclua o último **relatório** que apresente esta informação, indicando a natureza e frequência da realização deste relatório e a sua abrangência. | **NÃO**  Indique as razões para a ausência de informação ou de uma monitorização regular. | |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | | |

|  |  |
| --- | --- |
| Volume, Equidade e Eficiência das Despesas Públicas Nacionais na Educação | |
| 1. **O governo compromete-se a aumentar progressivamente as despesas com a educação até atingir 20% do orçamento nacional ou a manter níveis de despesa acima dos 20% durante a vigência do pacto de parceria?**   O objetivo desta questão é avaliar se o governo está comprometido a mobilizar fundos para a educação, aumentando progressivamente a proporção de recursos internos destinados à educação até atingir os 20% do orçamento total em consonância com os limites da Declaração de Incheon. | |
| Clique aqui para justificar a resposta (máximo 200 palavras) | |
| 1. **Se a resposta à pergunta 21 é NÃO: O governo compromete-se a alocar anualmente pelo menos 4% do valor do seu produto interno bruto (PIB) à educação?**   Considerando o contexto da Declaração de Incheon, o objetivo desta questão é avaliar a proporção total de recursos que um país se compromete a destinar à educação, ou seja, quanto é que um governo gasta na educação, com relação à riqueza ou à capacidade do país como um todo. | **SIM**  **NÃO** |
| **Para as duas questões anteriores (21 e 22),** por favor preencha a **[Matriz de Financiamento Nacional](https://www.globalpartnership.org/content/domestic-financing-matrix" \t "_blank)** para demonstrar a evolução da despesa histórica do setor e projeções de orçamento do setor.  Adicionalmente, por favor inclua uma cópia dos **documentos** oficiais do **orçamento** do governo (os três mais recentes), nos quais sejam apresentados o orçamento do governo, as receitas e financiamentos de anos anteriores e futuros, assim como o orçamento alocado e executado para o setor da educação. Isto pode incluir documentos comumente conhecidos por propostas de lei orçamentárias ou leis orçamentárias, as visões gerais do orçamento, os debates sobre o orçamento e anexos, os livros de orçamento, as declarações orçamentárias, orçamentos para os cidadãos, resultados fiscais, relatórios de despesas anuais ou trimestrais, relatórios de execução ou de desempenho do orçamento.  Caso tenham sido elaboradas estimativas para as despesas setoriais projetadas, por favor inclua, também, as fontes documentais correspondentes, se não estiverem já vinculadas aos documentos do orçamento nacional (por exemplo, um plano para o setor da educação ou um modelo de simulação financeira que demonstre o compromisso do financiamento nacional do governo durante a vigência do pacto de parceira do país). Será igualmente aceite, qualquer outra documentação com dados ou análises sobre a distribuição equitativa e a eficiência do financiamento nacional (por exemplo, análises da despesa pública). | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Lista de Verificação da Documentação | | | | |
| Pode usar esta lista para verificar os documentos que devem ser incluídos no dossier final. No final da lista, existe um espaço para explicar a falta de algum documento.  O dossier poderá incluir outros documentos de apoio que o país considere importante submeter. | | | | |
| # | Documento | Descrição ou alternativas | Número  da Questão |  |
| 1 | **Relatório de avaliação da aprendizagem** (inclua os dois mais recentes) | Resumo dos resultados dos conjuntos de dados sobre a aprendizagem, relatórios de avaliação de grande escala ou outras evidências de análise de dados de aprendizagem | Q2 |  |
| 2 | **Relatório anual do censo escolar** (inclua os dois mais recentes) | Na falta de um censo, apresente outras evidências, utilizando dados administrativos e de aprendizagem desagregados por sexo e/ou tipos de incapacidade | Q1  Q3  Q4 |  |
| 3 | **Análise do setor da educação** | Alternativamente, poderá apresentar relatórios ou avaliações intermédias do plano para o setor da educação, relatório de desempenho do sistema ou um diagnóstico do sistema. | Q5 |  |
| 4 | **Análise das questões de**  **género ou diagnóstico do sistema** | Pode ser um diagnóstico separado ou parte integrante de uma análise ou plano para o setor da educação. Alternativamente, pode incluir relatórios sobre questões específicas, tais como violência de género, impacto de normas sociais/culturais nos resultados da educação, etc. | Q6 |  |
| 5 | **Plano para o setor da Educação** | Como alternativa, inclua um plano de transição para a educação ou um enquadramento normativo que apresente as políticas prioritárias e os resultados associados para o setor a médio e longo prazo. Deve apresentar estratégias de género, direitos legais à educação para todas as crianças e estratégias de preparação | Q7  Q9  Q10  Q11 |  |
| 6 | **Plano operacional ou de implementação** |  | Q12 |  |
| 7 | **Modelo de simulação financeira** | Alternativamente, pode incluir outro documento com projeções financeiras de custos e recursos necessários para o setor durante a vigência do plano operacional, tais comoum quadro de despesas a médio prazo. | Q13 |  |
| 8 | **Relatório anual de implementação do plano para o setor ou revisão conjunta** | Alternativamente, pode utilizar outros documentos de monitorização | Q14 |  |
| 9 | **Termos de referência do grupo de educação local** | Alternativamente, inclua termos de referência ou uma descrição do grupo de coordenação das partes interessadas | Q15 |  |
| 10 | **Atas ou resumos mais recentes das atividades ou reuniões do grupo local de educação**  (os dois exemplos mais recentes) | Documentação das atividades que demonstrem a participação nas atividades do grupo de educação local | Q16 |  |
| 11 | **Acordo de financiamento conjunto, memorando de entendimento ou manual de operações de um fundo comum** | Documentação que mencione os doadores conjuntos ativos ou os procedimentos para facilitar a participação de novos doadores | Q19 |  |
| 12 | **Matriz de Financiamento Nacional** |  | Q21  Q22 |  |
| 13 | **Enquadramento financeiro a médio prazo** |  | Q21  Q22  Q13 |  |
| 14 | **Documentos do orçamento**  (3 anos mais recentes e projeções para os próximos 3 anos) | Documentos governamentais que apresentem o orçamento do governo, as receitas e financiamentos de anos anteriores e futuros, bem como o orçamento alocado e executado para o setor da educação. Isto pode incluir documentos habitualmente designados por propostas de lei orçamentárias ou leis orçamentárias, as visões gerais do orçamento, os debates sobre o orçamento e anexos, os livros de orçamento, as declarações orçamentárias, orçamentos para os cidadãos, resultados fiscais, relatórios de despesas anuais ou trimestrais, relatórios de execução ou de desempenho do orçamento. No caso de terem sido feitas estimativas para despesas setoriais projetadas, por favor inclua, também, as fontes documentais correspondentes, se não estiverem já vinculadas aos documentos do orçamento nacional (por exemplo, um plano para o setor da educação ou um modelo de simulação financeira, que demonstre o compromisso do financiamento nacional do governo, durante a vigência do pacto de parceira do país). | Q21  Q22 |  |
|  | | | | |
| **Documentação Não Disponível** | | | | |
| Por favor, liste os números das questões para as quais não tem documentação de suporte disponível, se aplicável, e apresente uma justificação. | | | | |
| Clique aqui para inserir uma justificação | | | | |

## Análise Dos Fatores Facilitadores

**Como completar esta secção**

Uma vez finalizado o questionário anterior e o debate com o grupo local de educação sobre a reforma prioritária a que este pretende dar prioridade, a equipa de trabalho deverá, de seguida, refletir sobre eventuais obstáculos que se apresentem nas áreas correspondentes a cada fator facilitador, e que possa **impedir a realização da reforma selecionada.** Esta secção procura **destacar e resumir esses obstáculos**.

Essa análise, bem como as suas respostas, devem ser **concisas** (por exemplo, por tópicos). Ao mesmo tempo, deve expor, claramente, as lacunas e os obstáculos que podem constituir um impedimento ao sucesso da reforma selecionada. A equipa de trabalho pode procurar opiniões de outras entidades interessadas, com o objetivo de identificar tais lacunas e obstáculos, uma vez que isto poderá ser decisivo para desenvolver a solução para a reforma no pacto de parceria.

Na secção seguinte, irá encontrar **as tabelas** de apoio à análise dos fatores facilitadores, organizadas por componentes, bem como considerações orientadoras.

**Acordo inicial do grupo local de educação sobre a reforma prioritária**

Inclua um breve resumo do acordo inicial relativo à reforma prioritária com potencial para transformar o sistema, conforme determinado pelo grupo local de educação. É favor notar que a reforma prioritária será **exposta de forma pormenorizada no pacto de parceria** e poderá acontecer que a sua descrição, neste momento, não reflita o seu formato final. Deverá anexar, também, o resumo ou ata da reunião durante a qual foi selecionada a reforma prioritária.

|  |
| --- |
| Clique aqui para resumir o acordo sobre a reforma prioritária |

|  |
| --- |
| Resumos das Discussões |
| **Dados e Evidências** |
| Resuma as discussões sobre este fator facilitador, incluindo os seguintes elementos:   * De que forma é que as principais questões identificadas impedem a concretização da reforma prioritária. Considere estas questões, analisando os componentes do fator facilitador (sistemas de informação e gestão da educação, sistemas de avaliação da aprendizagem, evidências) e tendo em conta as capacidades organizacionais, se aplicável. Consulte o documento, [Diretrizes para o Desenvolvimento do Pacto de Parceria](https://www.globalpartnership.org/content/partnership-compact-development-guidelines-draft), caso seja necessário. * Principais investimentos ou oportunidades atuais ou futuras para abordar os problemas. * As lacunas verificadas ao nível do apoio programático para abordar estas questões. |
| Clique aqui para escrever (máximo 600 palavras) |
| **Planeamento, Política e Monitorização de Setor na Perspetiva de Género** |
| Resuma as discussões sobre este fator facilitador, incluindo os seguintes elementos:   * De que forma as principais questões identificadas são um obstáculo à concretização da reforma prioritária: Considere estas questões analisando os componentes do fator facilitador (planeamento estratégico, planeamento operacional, monitorização e programação do orçamento, monitorização do setor) e tendo em conta as capacidades organizacionais, se aplicável * Principais investimentos ou oportunidades atuais ou futuras para abordar os problemas. * As lacunas verificadas ao nível do apoio programático para abordar estas questões. |
| Clique aqui para escrever (máximo 600 palavras) |

|  |
| --- |
| **Coordenação Setorial** |
| **Diálogo Setorial Inclusivo e Ação Coordenada** |
| Resuma as discussões sobre este fator facilitador, incluindo os seguintes elementos:   * De que forma é que as principais questões identificadas impedem a concretização da reforma prioritária: Considere estas questões analisando os componentes do fator facilitador (diálogo em torno da formulação de políticas/planeamento setorial; mobilização de recursos e financiamento; harmonização e alinhamento; monitorização e responsabilidade mútua) tendo em conta as capacidades organizacionais, conforme necessário. * Inclua considerações sobre organizações nacionais da sociedade civil e organizações de professores. * Principais investimentos ou oportunidades atuais ou futuras para abordar os problemas. * Principais lacunas verificadas ao nível do apoio programático para abordar estas questões. |
| Clique aqui para escrever (máximo 600 palavras) |
| **Financiamento e Fundos Coordenados** |
| Resuma as discussões sobre este fator facilitador, incluindo os seguintes elementos:   * De que forma é que as principais questões identificadas impedem a concretização da reforma prioritária: Considere estas questões analisando os desafios na coordenação de financiamento externo e no alinhamento com os sistemas e orçamento nacionais. * Todas as medidas que tenham sido adotadas para abordar estas questões. |
| Clique aqui para escrever (máximo 600 palavras) |

|  |
| --- |
| **Volume, Equidade e Eficiência das Despesas Públicas Nacionais na Educação** |
| Resuma as discussões sobre este fator facilitador, incluindo os seguintes elementos:   * De que forma é que as principais questões identificadas impedem a concretização da reforma prioritária: Considere estas questões analisando os componentes do fator facilitador (volume, equidade, eficiência) e tendo em conta as capacidades organizacionais, conforme necessário. * Principais investimentos ou oportunidades atuais ou futuras para abordar os problemas. * Principais lacunas verificadas ao nível do apoio programático para abordar estas questões. |
| Clique aqui para escrever (máximo 600 palavras) |

### Classificação das Prioridades

Indique o nível de prioridade (alta, média, baixa) para cada fator facilitador:

* **PRIORIDADE ALTA:** É considerado **impossível ou pouco provável** conseguir avanços na reforma prioritária identificada, a não ser que se realizem reformas significativas para desbloquear os fatores facilitadores. As autoridades da educação ou os parceiros de desenvolvimento não estão a trabalhar ativamente nesta área, ou o seu trabalho é insuficiente para conseguirem melhorias significativas.
* **PRIORIDADE MÉDIA:** Conseguir avanços na reforma prioritária irá sofrer **atrasos consideráveis** (isto é, irá estender-se para lá da vigência do pacto de parceria) a não ser que se abordem as questões para desbloquear os fatores facilitadores.
* **PRIORIDADE BAIXA:** Pequenos ajustes no fator facilitador poderão ser suficientes para **acelerar o progresso** e alcançar o sucesso da reforma prioritária.

Justifique, resumidamente, as suas escolhas nos espaços para o efeito. Se classificar como prioridade "alta”", por favor indique o motivo pelo qual os investimentos em curso não são suficientes.

|  |
| --- |
| **Dados e Evidências** |
| **Selecione o nível de prioridade: Alta  Média  Baixa** |
| Clique aqui para escrever (máximo 150 palavras) |
| **Planeamento, Política e Monitorização de Setor na Perspetiva de Género** |
| **Selecione o nível de prioridade: Alta  Média  Baixa** |
| Clique aqui para escrever (máximo 150 palavras) |
| **Coordenação Setorial** |
| **DIÁLOGO SETORIAL INCLUSIVO E AÇÃO COORDENADA** |
| **Selecione o nível de prioridade: Alta  Média  Baixa** |
| Clique aqui para escrever (máximo 150 palavras) |
| **FINANCIAMENTO E FUNDOS COORDENADOS** |
| **Selecione o nível de prioridade: Alta  Média  Baixa** |
| Clique aqui para escrever (máximo 150 palavras) |
| **Volume, Equidade e Eficiência das Despesas Públicas Nacionais na Educação** |
| **Selecione o nível de prioridade: Alta  Média  Baixa** |
| Clique aqui para escrever (máximo 150 palavras) |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Tabelas de Análise dos Fatores Facilitadores As tabelas seguintes foram elaboradas com o intuito de o apoiar na análise dos fatores facilitadores, destacando os seus componentes e considerações orientadoras.  Os **componentes** definem os elementos sob consideração em cada fator ou o âmbito de análise **que se espera alcançar** com o preenchimento deste documento. As **considerações orientadoras** listam elementos específicos que a análise poderá investigar para um entendimento mais aprofundado. O GPE não espera que todas as considerações orientadoras sejam abordadas. Antes, estas procuram apresentar uma forma de analisar, mais detalhadamente, uma determinada questão. O **texto** destacado a **negrito** representa informação-chave que **deve** estar presente na análise. Caso a documentação de apoio não esteja disponível, deverá justificar essa situação na análise. | | |
| 1. DADOS E EVIDÊNCIAS | | |
| Componentes | Considerações Orientadoras | |
| **Sistemas de Informação para a Gestão da Educação (SIGE):**. O SIGE define-se como uma [estrutura multifacetada](https://documents1.worldbank.org/curated/en/543401468329077038/pdf/SABER-What-matters-for-most-education-management-information-systems-a-framework-paper.pdf" \t "_blank) que engloba tanto mecanismos tecnológicos como institucionais, com o objetivo de reunir, processar e difundir informação e estatísticas administrativas acerca de contribuições, processos e resultados num sistema educativo. Um SIGE, com bons resultados, reflete uma interação apropriada entre políticas, orçamentos, recursos humanos, estrutura organizacional e instituições para produzir dados robustos sobre a educação para o planeamento e monitorização de políticas e para a gestão do sistema educativo. | | * **Existência de um SIGE funcional,** com uma *masterlist* *de códigos* das escolas OU identificações individuais para estudantes que possam ser utilizados para comparar dados longitudinalmente para as mesmas unidades: estrutura da recolha de dados (internet versus papel); cobertura dos SIGE existentes (incluindo, perceber se existe informação para escolas não subsidiadas pelo governo) * **Existência de um SAA** (com foco na presença e funcionamento de uma avaliação da aprendizagem com uma representação nacional, mas tendo em conta a outra parte do sistema, por exemplo, a avaliação da sala de aula, exames), alinhamento do SAA com os objetivos de aprendizagem e o currículo do sistema. * Fiabilidade, frequência, oportunidade e nível de **desagregação** (**por sexo, crianças com necessidades especiais** e outros grupos de estudantes relevantes) dos dados (SAA, SIGE, **inquéritos domésticos**) * **Abrangência das evidências:** Um repositório de evidências disponíveis (inquéritos domésticos, estudos, diagnósticos, etc.) será útil para providenciar uma análise e abordagem funcional dos assuntos chave. Deverá ter em consideração determinados tipos de dados/diagnósticos, nomeadamente:   + **Existência de uma análise do setor educativo,** baseada em dados recentes ou uma avaliação de desempenho equivalente   + Existência de dados sobre a qualidade do ensino (qualificações/formação do professor e conhecimentos pedagógicos/conteúdos do professor, qualidade dos métodos de ensino, ambiente na sala de aula, motivação do professor, comportamentos do professor)   + **Existência de uma análise na perspetiva de** **género** que inclua (i) dados ou evidências acerca das considerações de género que possam afetar o acesso à educação, incluindo a violência de género, segurança, água, saneamento e higiene (WASH); (ii) dados e evidências de obstáculos intersetoriais (pobreza, deficiências, localização); (iii) dados e análises que incidam sobre a desigualdade de género e que demonstrem normas sociais/culturais mais abrangentes, bem como outros fatores intersetoriais que possam de alguma forma afetar o acesso, a permanência ou a participação bem-sucedida das raparigas e dos rapazes na educação   + Diagnósticos, quer ao nível macro, quer setorial, que avaliem os potenciais riscos externos/contextuais ao setor da educação (por exemplo, alterações climáticas, saúde pública, emergências, conflitos)   + Avaliação da concretização dos direitos ligados à educação, com reconhecimento dos enquadramentos internacionais de direitos humanos dos quais o país é signatário * **Uso de dados para a monitorização, planeamento de políticas, gestão de sistema,** determinação da alocação do orçamento e responsabilidade mútua, incluindo acessibilidade/transparência dos dados * Ambiente facilitador para a produção e uso de dados, que inclua um enquadramento institucional, legal e organizacional; existência de uma política de dados (a nível macro ou setorial); financiamento sustentável de sistemas de dados (fonte de financiamento: ajuda nacional versus internacional) * Capacidades já existentes (humanas, administrativas, TI) e capacidade para desenvolver estratégias para criadores e utilizadores de dados; capacidade para elaborar análises de dados complexas e multidimensionais, que inclua a interação de elementos como género, rendimentos, geografia e tipo de incapacidade |
| **Sistemas de Avaliação da Aprendizagem (SAA):** Em traços gerais, um [SAA](https://www.globalpartnership.org/content/toolkit-analysis-national-learning-assessment-systems-anlas" \t "_blank) define-se como um conjunto de políticas, práticas, estruturas, organizações e ferramentas que gera dados fiáveis e de alta qualidade sobre a aprendizagem e os seus resultados e que apresenta evidências sólidas para a política e prática educativas, com o objetivo final de melhorar a qualidade da educação e os resultados da aprendizagem. | |
| **Produção e uso de evidências:** Entende-se por evidências qualquer informação (obtida através da investigação empírica, avaliações, dados estatísticos, experiências das partes interessadas na área da educação) com potencial para explicar melhor uma determinada situação, elucidar sobre as diferentes opções e orientar decisões políticas e operacionais. Esta componente avalia a capacidade das partes interessadas na área da educação para, periodicamente, produzirem evidências, mobilizá-las de forma consistente e fazer uso das mesmas durante o processo de formação de políticas e da sua implementação contínua. Isto irá exigir ter capacidade para produzir e utilizar os seguintes elementos:   1. Relatórios de desempenho do sistema, tais como análises do setor da educação ou avaliações das despesas com a educação pública 2. Estudos de diagnóstico discretos que visam uma compreensão aprofundada das causas dos problemas de sistema (por exemplo, diagnósticos de igualdade de género) 3. Evidências, a um nível global, fundamentadas em avaliações rigorosas sobre aquilo que, de facto, funciona; evidências robustas, globais e contextualizadas sobre aquilo que, de facto, funciona 4. Avaliações no âmbito da inovação/programas/plano de implementação, ao nível do país. | |
| **Possíveis fontes de evidências:**   * Diagnósticos/auditorias SIGE – SAA: revisão por pares SIGE-SABER, ADEA SIGE; Modelo para a Avaliação da Qualidade de Dados sobre a Educação (MAQDE); Análise dos sistemas nacionais de avaliação da aprendizagem (ASNAA) * Análise do setor da educação, diagnósticos de sistema * Revisões conjuntas do setor * Relatórios estatísticos compilados pelo SIGE * Estrutura organizacional do ministério da educação e descrição das funções e responsabilidades dentro do ministério/ministérios * Questionários para o censo anual escolar | | |

|  |  |
| --- | --- |
| 1. PLANEAMENTO, POLÍTICAS E MONITORIZAÇÃO DE SETOR NA PERSPETIVA DE GÉNERO | |
| Componentes | Considerações Orientadoras |
| **Práticas e modelos de planeamento estratégico:** O [planeamento estratégico](https://www.globalpartnership.org/content/guidelines-education-sector-plan-preparation) orienta o desenvolvimento da educação, estabelecendo uma visão comum e prioridades partilhadas a médio e longo prazo. Identifica as estratégias necessárias para cumprir a visão, nomeadamente as capacidades humanas, técnicas e financeiras. O planeamento estratégico irá ajudar a reconhecer e abordar as questões de desigualdades de género significativas, bem como outras desigualdades existentes entre grupos de estudantes, ao nível da participação, da qualidade e das causas de vulnerabilidade. Poderá apresentar modelos de direitos humanos relacionados com a educação, usá-los para orientar a análise e a definição de prioridades, bem como descrever grupos para os quais a concretização dos direitos possa ser um assunto difícil. | * **Funcionamento do sistema/aparelho de planeamento para a educação e de políticas educativas do governo**, tendo em conta os atores, processos e produtos. * Disponibilidade, fiabilidade e uso de políticas e processos de planeamento e orientação * Capacidade, por parte das entidades intervenientes relevantes, para desempenharem os seus papéis * Adequação, relevância, exequibilidade das políticas e planos que serão produzidos * Fiabilidade do modelo de despesas, incluindo as estratégias e projeções de recursos para ultrapassar dificuldades financeiras * **Atenção aos direitos humanos e grupos vulneráveis** * As políticas/planos são sensíveis aos instrumentos de direitos humanos e ao compromisso com a igualdade de género assumido pelo país. Desta forma, pretende-se identificar os obstáculos à concretização de direitos relacionados com a educação e orientar a definição de prioridades das políticas que englobem todos os grupos marginalizados, tais como pessoas portadoras de deficiência, populações rurais e pobres, minorias étnicas e linguísticas, bem como refugiados e pessoas deslocadas internamente   **Atenção à colaboração com outros setores**/ministérios; estar alerta para os riscos externos/de contexto (por exemplo, desastres naturais, alterações climáticas) e para a dimensão de igualdade de género |
| **Práticas e instrumentos de planeamento operacional:** Os instrumentos de [planeamento operacional](https://www.globalpartnership.org/sites/default/files/document/file/2020-GPE-guidelines-preparation-EN.pdf" \t "_blank) de curto prazo, tais como planos de implementação plurianuais ou planos de ação anual, transformam o modelo normativo em elementos acionáveis e fáceis de gerir, de forma a ultrapassar as dificuldades financeiras, técnicas e políticas que impedem uma implementação eficaz. Também poderão fornecer um modelo para as decisões de gestão e orçamento, baseadas num modelo de despesas a médio prazo a ser incorporado na preparação do orçamento anual e nos processos de monitorização. Os instrumentos operacionais apresentam atividades detalhadas para um período específico e geralmente curto (de 1 a 3 anos), com informações sobre prazos, funções, responsabilidades e custos. | * Funcionamento do sistema de planeamento operacional; coerência/continuidade entre o modelo normativo e a **ferramenta de planeamento operacional,** em termos de estratégias-programas-atividades e custos/financiamento * Exequibilidade da ferramenta de planeamento operacional, incluindo programas/atividades detalhadas, associadas a elementos de responsabilização, como funções e responsabilidades atribuídas e correspondentes objetivos, no âmbito das questões de género expostos no modelo de resultados |
| **Programação e monitorização do orçamento:** Associar o processo de planeamento do setor ao processo de programação do orçamento é um elemento-chave para assegurar que as políticas prioritárias para a educação são financiadas adequadamente e que podem, de facto, ser implementadas. A fiabilidade, exequibilidade e sustentabilidade financeira dos instrumentos políticos setoriais pode ser útil na [preparação do orçamento, na monitorização financeira, no controlo orçamental](https://www.globalpartnership.org/content/guidelines-monitoring-national-education-budgets" \t "_blank), como também no diálogo com todas as partes interessadas, quer numa perspetiva de avaliação do desempenho financeiro, quer para facilitar a programação do orçamento. É necessária uma colaboração eficaz entre os ministérios da educação e finanças, de forma a conciliar as contribuições técnicas ao orçamento com as políticas prioritárias do setor e, assim, influenciar a afetação de verbas do orçamento à educação. | * Alinhamento/coerência dos modelos, custos e programação orçamental do ministério da educação com os orçamentos anuais do ministério das finanças e projeções a médio prazo (ou seja, modelo de despesa a médio prazo ou MTEF em inglês) * **Alinhamento da simulação/custos a médio prazo do ministério da educação com as projeções financeiras setoriais/MTEF a médio prazo do ministério das finanças;** alinhamento do orçamento para o plano operacional do ministério da educação com o orçamento anual do ministério da educação produzido pelo ministério das finanças * Adequação do volume dos recursos de financiamento público e falhas de financiamento, alinhamento entre o custo de estratégias/programas planeados e os recursos financeiros disponíveis * Alinhamento das abordagens dos ministérios da educação/finanças com a monitorização/controlo orçamental |
| **Mecanismos de monitorização na implementação do plano setorial:** A análise das [atividades regulares de monitorização e revisão setorial](https://www.globalpartnership.org/content/practical-guide-effective-joint-sector-reviews-education-sector" \t "_blank) face aos modelos de partilha de resultados incluídos em modelos políticos permite que as partes envolvidas na educação possam avaliar os sucessos e as falhas na implementação do plano, controlar a evolução das despesas e chegar a acordo quanto à forma de redirecionar e melhorar políticas, intervenções e atividades. A monitorização do setor é essencial para assegurar uma ação relevante e recetiva e garantir a responsabilização mútua entre todos as partes envolvidas na educação. | * **Presença e uso de modelos e instrumentos de monitorização da implementação de planos (ou políticas) setoriais, tanto a nível central como descentralizado, especificamente para monitorizar e reportar com regularidade sobre os seguintes aspetos:** * Implementação do plano, incluindo análise do progresso face aos objetivos definidos (e considerações de desagregação de género), dificuldades na implementação, redireccionamento do plano e resultados (incluindo programas com financiamento externo) * Diálogo e a colaboração entre o ministério da educação, ministério das finanças e outros ministérios da tutela * Progressos ao nível do cumprimento de direitos relacionados com a educação e a distribuição de benefícios (técnicos, de capacitação, financeiros) a grupos marginalizados * **Revisões conjuntas de setor e outros mecanismos de feedback:**   Regularidade e qualidade das revisões conjuntas de setor como uma ferramenta de monitorização e instrumento para a mudança e criação de planos para o futuro; e/ou funcionamento de outros mecanismos de aprendizagem e feedback: por exemplo, qual o nível de influência que os eventos de monitorização e levantamento de dados têm (ou seja, uma avaliação intercalar) no planeamento e numa possível mudança de percurso. |
| **A Integração das questões de Género nos processos de criação de políticas, planeamento e monitorização:** Ambientes de ensino, [políticas e planos sensíveis a questões de género](https://www.globalpartnership.org/content/guidance-developing-gender-responsive-education-sector-plans" \t "_blank) promovem a transformação do funcionamento dos sistemas educativos e abrem caminho a sociedades equitativas. Uma análise das políticas numa perspetiva de género irá assegurar que os estudos, políticas, estratégias e intervenções setoriais atingem grupos específicos das raparigas e dos rapazes e abordam os desafios que estes enfrentam de forma diferenciada. | * **A perspetiva de género na construção de políticas:** * O enquadramento normativo e o instrumento operacional possuem uma sensibilidade adequada a questões de género * Os programas para reforço da igualdade de género possuem recursos e financiamentos adequados * Os relatórios e monitorizações setoriais avaliam, claramente, o progresso relativo aos objetivos definidos para a igualdade de género |
| **Possíveis fontes de evidências**   * Plano para o setor da educação (ESP em inglês) e planos operacionais relacionados orçamentados * Relatório de avaliação do plano para o setor da educação * Análise do Setor da Educação (ESA em inglês) * Diagnósticos de sistema * Diagnósticos de género setoriais disponíveis * Modelo de despesa a médio prazo (MTEF em inglês) * Modelo de simulação financeira * Relatórios de implementação no setor da educação e documentação de revisões conjuntas de setor   Análises da Despesa Pública do Banco Mundial (PER em inglês) | |

|  |  |
| --- | --- |
| 3. COORDENAÇÃO SETORIAL | |
| 3.1 DIÁLOGO SETORIAL INCLUSIVO E AÇÃO COORDENADA | |
| Componentes | Considerações Orientadoras |
| **Funções e práticas de coordenação:** A eficácia dos grupos locais de educação (ou entidades equivalentes) está diretamente relacionada com o seu desempenho na concretização do diálogo normativo e na coordenação de funções associadas a objetivos de educação nacionais e prioridades, em todo o espectro do ciclo normativo: a começar pelo diagnóstico do setor, criação de políticas, planeamento estratégico e operacional até à monitorização conjunta, que inclui a monitorização do orçamento, contribuindo, desta forma, para assegurar melhores resultados na área da educação. Isto diz respeito, também, ao seu sucesso em fomentar sinergias e harmonização do apoio dos parceiros e responsabilização mútua, e, em última instância, gerar valor estratégico para o governo e para os seus parceiros de desenvolvimento. | Mecanismos disponíveis com o objetivo de promover um diálogo setorial inclusivo, uma ação coordenada setorial e medir a sua eficácia. **Analise o diálogo normativo essencial e as funções coordenadoras** que podem impulsionar a definição de prioridades e ação conjunta e se/como são demonstrados na prática. Por exemplo:   * + - * Apoiar a formulação de políticas/ planeamento setorial – por exemplo, diálogo no âmbito da análise setorial, diagnósticos e outras oportunidades, associadas a dados e evidências; desenvolvimento do plano operacional e de políticas, incluindo a definição de prioridades e implicações de medidas de reforma; partilha de boas práticas e necessidades emergentes * Abordar a mobilização de recursos e de financiamento – por exemplo, discutir e defender (proteger) o financiamento para a educação, incluindo financiamento nacional e externo e novos financiamentos, bem como facilitar a colaboração com o ministério das finanças * Promover a harmonização e alinhamento – por exemplo, dialogar acerca da harmonização do apoio dos parceiros para a promoção dos objetivos de desenvolvimento acordados e assegurar abordagens coerentes aos investimentos no setor para reduzir projetos autónomos (incluindo os temas transversais, como a igualdade de género), a fragmentação da ajuda e custos transacionais. |
| **Capacidades de coordenação:** As capacidades de coordenação incluem aspetos transversais e tangíveis: 1) Capacidades colaborativas, como compromisso, comportamentos e valores, que potenciam uma dinâmica de parceria saudável e uma liderança participativa e promovem o sucesso do grupo de educação local na criação de uma cultura de relações produtivas; 2) Capacidades organizacionais, como estruturas, processos e recursos que contribuem para o alinhamento dos interesses dos parceiros, a coordenação de competências, bens e capacidades, e promovem, simultaneamente, a atualização periódica dos membros e a revisão do funcionamento da parceria. Estas fundações são as bases de uma parceria de sucesso e sustentam o potencial dos intervenientes para trabalharem em conjunto de forma determinante. | Avalie os aspetos transversais e tangíveis ao nível das capacidades que podem afetar a relevância e a qualidade do diálogo, bem como a eficácia geral das práticas de coordenação:   * **Mandato formalizado e claro e objetivos,** funções, protocolos de atividades e de governação, **acordadas por todas as partes** * **Inclusão e representação** (categorias de intervenientes chave; nacional, subnacional) * **Participação**, envolvimento significativo dos intervenientes e estratégias de apoio aos parceiros, incluindo representantes com experiência no tema da igualdade de género e/ou na afirmação das mulheres e das raparigas, de forma que o diálogo sobre temas críticos, como a igualdade de género, seja assegurado. * Funções e responsabilidades, tendo em conta as forças, conhecimentos, visão e recursos do parceiro * Vinculação, motivação e compromisso dos intervenientes com os objetivos de diálogo normativo, previamente acordado * **Liderança e recursos para a coordenação** (humanos, financeiros, técnicos), incluindo funções de secretariado * Protocolos de atividades e se estes são adequados para abordar as prioridades chave * Gestão dos objetivos de diálogo acerca das prioridades chave e satisfação dos interesses e necessidades de coordenação dos intervenientes * **Protocolos** para a coordenação interministerial e a coordenação entre os parceiros de desenvolvimento * Associações ao grupo local (se ativado) acerca da programação do ensino em situações de crise e de emergência * Interação com outros setores no âmbito da programação da educação (por exemplo, saúde, proteção da criança, água) * Avaliações periódicas da eficácia da coordenação, com o intuito de assegurar melhorias contínuas, bem como a adesão das partes interessadas do setor da educação e a sua confiança nos mecanismos de coordenação |
| **Possíveis fontes de evidências**   * Termos de referência (ou algo equivalente) do grupo local de educação * Atas das reuniões de coordenação do grupo de educação local (incluindo carta de apoio ao plano para o setor da educação) * Revisão/diagnóstico/autoavaliação das entidades de coordenação setoriais/subsetoriais * Memorandos de revisão conjunta do setor * Relatórios de implementação do setor da educação * Avaliações da gestão do setor da educação * Resumo da avaliação GPE ao nível do país * Relatórios de progresso de donatário do Educação em Voz Alta para o país/publicações do país | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 3.2 FINANCIAMENTO E FUNDOS COORDENADOS | | |
| Componentes | Considerações Orientadoras | |
| **Disponibilidade de ajuda alinhada e mecanismos de financiamento conjunto:** rever a existência de modalidades alinhadas disponíveis para o setor da educação, e de mecanismos de financiamento conjunto. A sua existência constitui um fator facilitador para o setor da educação e para a transformação do sistema. Na falta deste tipo de mecanismo na educação, poderá ser mencionada a existência de tais mecanismos noutros setores.  [Alinhamento](https://www.globalpartnership.org/content/country-level-guide) define-se como “o uso das instituições, recursos humanos, procedimentos e ferramentas do país parceiro enquanto pilares para a implementação da ajuda na educação.” Isto significa que a ajuda deve ser alinhada não só com as políticas, estratégias e planos para o setor, mas também com os sistemas nacionais que implementam o financiamento regular na área da educação, através do processamento do orçamento nacional e de sistemas de gestão das finanças públicas (GFP).  A ajuda alinhada para a educação pode assumir diversas formas, adaptáveis ao nível de risco fiduciário e às exigências para a gestão de risco. Ambientes com risco mais reduzido podem fazer uso do apoio total do orçamento (despesas diretas – acionadas pelas condições e indicadores acordados – do tesouro nacional, sem qualquer tipo de delimitação ou afetação) por outro lado, ambientes com risco mais elevado podem utilizar mecanismos de ajuda orçamentada (também conhecidos como ajuda orçamental delimitada ou com afetação), que permite uma maior objetividade no planeamento operacional, supervisão, controlos posteriores (auditorias) e medidas de apoio das capacidades. | | * Identificação de **modalidades alinhadas existentes, na educação** ou exemplos de outros setores. * Identificação de **mecanismos de financiamento conjunto na educação.**   Poderá ser útil considerar as sete dimensões de alinhamento aquando da avaliação da existência de uma modalidade alinhada:   * DE ACORDO COM O PLANO: (i) Alinhamento com os planos para o setor educativo e (ii) alinhamento com o enquadramento de despesas a médio prazo do ministério das finanças * INTEGRADO NO ORÇAMENTO: (i) A ajuda é reportada na documentação anual nacional do orçamento e (ii) as dotações orçamentais específicas são aprovadas pelo parlamento. * TESOURO: (i) A ajuda exterior é depositada nas principais contas de receitas do governo (tesouro) e (ii) geridas de acordo com o sistema de gestão das finanças públicas corrente e dos recursos humanos do governo. * ADJUDICAÇÃO: A adjudicação da modalidade de ajuda segue as regras e sistemas nacionais de adjudicação * SISTEMA DE CONTABILIDADE: A ajuda externa é registada e contabilizada no sistema nacional de contabilidade (sistema de despesa pública integrado), conforme o plano de contas nacional * AUDITORIA: A ajuda externa é auditada pelo auditor independente do país (serviço de auditoria nacional ou tribunal de contas) * INTEGRADO NOS RELATÓRIOS: A ajuda externa incluída na implementação regular setorial, relatórios financeiros e de monitorização preparados pelo ministério/ministérios responsáveis pela educação (dados consolidados e relatórios acerca da implementação dos planos operacionais de setor anuais)   Nota: A partir de 2016, o GPE começou a compilar e monitorizar o nível de alinhamento com sistemas nacionais para a implementação de subvenções base do GPE. Caso pretenda consultar, o secretariado do GPE tem esta informação disponível |
| **Responsabilização e diálogo em torno da eficácia da ajuda:** qual é o nível de compreensão, dados disponíveis e diálogo sobre a eficácia da ajuda no setor da educação (alinhamento versus não-alinhamento, financiamento conjunto versus ajuda fragmentada)? | | * Identificação de dados e informações reportadas, regularmente, no âmbito da eficácia da ajuda em todo o setor da educação: **Qual é a proporção de ajuda externa** (por volume, por número de projetos/programas) **que está alinhada e não alinhada com os sistemas nacionais?** Qual é o nível de fragmentação da ajuda (número dos diferentes projetos/programas/modalidades de financiamento)? * Revisão dos projetos/programas em execução: Está a ser providenciada a absorção de financiamento e financiamento em escala? Está a ser capitalizado, a nível estrutural, o desenvolvimento sustentável da capacidade do sistema, bem como a sua transformação ? * Nível de diálogo em torno da eficácia da ajuda e dos seus desafios para o sistema educativo. Quais são as consequências do nível de não alinhamento e de fragmentação? |
| **Compromisso com práticas de maior eficácia na ajuda:** revisão de planos em curso ou de compromissos estabelecidos na utilização ou desenvolvimento de mecanismos de financiamento alinhados e acordos de financiamento conjunto para o futuro.  Nota: a experiência adquirida com a Parceria demonstrou que o alinhamento é possível num número abrangente de contextos nacionais, desde que o tipo de alinhamento (ver acima - apoio do orçamento versus ajuda orçamentada) esteja adaptado ao desafio, tal como o uso de supervisão adicional apropriada, medidas de controlo e medidas de apoio das capacidades.  Os dados empíricos do portefólio de subvenções do GPE indicam que os países com uma avaliação média conjunta para a “Gestão do Setor Público e Instituições” de 2.6 ou superior podem e têm sido capazes de lançar com sucesso modalidades de financiamento alinhadas, com as devidas adaptações para a gestão de risco. Por outro lado, atualmente não existem exemplos de modalidades alinhadas em países com pontuações de ou inferior a 2.5.  A avaliação do risco fiduciário pode ser obtida através de vários relatórios. Para uma comparação mais abrangente a nível internacional, deverá consultar o seguinte documento anual do Banco Mundial, disponível ao público, que poderá ser útil nesta avaliação: a Avaliação Institucional e de Política Nacional (AIPN). Este documento apresenta avaliações anuais de mais de 70 países (países elegíveis a financiamento IDA). Entre as avaliações consideradas mais úteis, destacam-se: (i) a avaliação média conjunta para a “Gestão do Setor Público e Instituições”; (ii) a avaliação para a “Transparência, Responsabilização e Corrupção no Setor Público” | | * **Identificação de mecanismos alinhados existentes e de financiamento conjunto, com utilização mais abrangente ou melhorada. Isto poderá incluir situações de fraco desempenho de mecanismos alinhados existentes ou de financiamentos conjuntos** [absorção ou desafios fiduciários, por exemplo] * Identificação de planos para desenvolver um mecanismo alinhado e/ou de financiamento conjunto no futuro (a curto ou médio prazo) * Compromisso com a exploração do desenvolvimento de um mecanismo alinhado e de financiamento conjunto (a médio ou longo prazo) * Existem, atualmente, parceiros de desenvolvimento com a capacidade e experiência para suportar um mecanismo de financiamento alinhado e conjunto? |
| **Possíveis fontes de evidências**   * Mecanismo de Financiamento Conjunto (Memorando de Entendimento) * Relatórios de planeamento e implementação do setor educativo (dados e informação sobre a eficácia/fragmentação da ajuda) * Análises e avaliações à eficácia da ajuda no setor da educação * Orçamento nacional e Sistema de Gestão das Finanças (existência de modalidades alinhadas) * Manuais operacionais de mecanismos de ajuda orçamentada existentes (ajuda orçamental delimitada ou com afetação) * Análises e relatórios acerca da Gestão das Finanças Públicas (GFP) * Implementação de relatórios de projetos/programas em curso financiados pelo GPE (análise de desempenho e absorção) * Lista de parceiros ativos para o desenvolvimento da educação (com potencial para apoiar uma modalidade de ajuda alinhada) * Dados e informações compiladas pelo Secretariado do GPE sobre subvenções anteriores e em curso do GPE. * A classificação do AIPN (Avaliação Institucional e de Política Nacional) para a “Gestão do Setor Público e Instituições” | | |

|  |  |
| --- | --- |
| 1. VOLUME, EQUIDADE E EFICIÊNCIA DAS DESPESAS PÚBLICAS NACIONAIS NA EDUCAÇÃO | |
| Componentes | Considerações Orientadoras |
| **Volume:** Devem ser alocados recursos suficientes à educação para acelerar o seu progresso, rumo ao objetivo de uma educação de qualidade para todos.  Os governos têm a obrigação, de acordo com os compromissos assumidos com instrumentos de direitos internacionais, de fornecer recursos adequados à educação e mobilizar o número máximo de recursos disponíveis para concretizar o direito à educação.  Espera-se que os países parceiros (a.) demonstrem um compromisso para gastar pelo menos 20% do orçamento público (excluindo o serviço da dívida) na educação, ou (b.) que se comprometam a aumentar, progressivamente, os níveis de financiamento público até aos 20% do orçamento público global, ou (c.) que dediquem pelo menos 4% do produto interno bruto (PIB) à educação.  É essencial que os fundos alocados sejam, simultaneamente, credíveis e sustentáveis para a implementação de reformas educativas chave. Isto significa, dar maior preponderância à parte do orçamento alocado à educação, bem como ao espaço fiscal global do país, ou à capacidade do país de gerar (principalmente) receitas fiscais.  Os níveis elevados de serviços da dívida também reduzem os financiamentos disponíveis para a educação e para outras despesas no setor social. As taxas de execução elevadas sugerem compromissos credíveis que se traduzem num apoio real ao setor da educação. | * **Despesa global com a educação versus (i) despesa pública total e (ii) produto interno bruto** (por Matriz de Financiamento Nacional) e a sua tendência nos anos anteriores e futuros   + Os documentos de apoio, incluindo o orçamento nacional, são essenciais para demonstrar a credibilidade dos compromissos   + As tendências decrescentes da despesa com a educação que se venham a verificar, podem ser acompanhadas por uma breve exposição sobre os fatores mitigadores e sobre as razões que estão na base da decisão de dar prioridade a outros setores * Fatores macro que determinem o espaço fiscal, incluindo impostos: rácio do PIB e níveis de serviço da dívida * Alocação do orçamento versus taxas de execução (especialmente para despesas não salariais), distribuição entre despesas correntes e de capital |
| **Equidade:** Por norma, os agregados familiares mais pobres são aqueles que têm de suportar um custo desproporcional no financiamento da educação, ao passo que a despesa com a educação pública tende a favorecer os grupos mais ricos e mais poderosos. Assim, é importante aplicar uma perspetiva de género e de inclusão às finanças, a fim de estabelecer compromissos que abordem as desigualdades de recursos, de forma adequada. Isto é particularmente significante, uma vez que as melhorias no acesso à educação podem estar a mascarar baixas taxas de conclusão nos grupos vulneráveis.  O financiamento público da educação deve estar focado nos mais marginalizados, garantindo, não só o seu acesso à educação, como também a qualidade do ensino ao longo de todo o seu percurso formativo. Isto inclui, por exemplo, a elaboração de um orçamento que atente nas questões de género, que preveja despesas com refugiados e aloque recursos adicionais a escolas de comunidades que recebem refugiados e pessoas deslocadas internamente.  A crise da COVID-19 expôs, ainda mais, o impacto das disparidades sociais no ensino. As alterações ao nível dos rendimentos do agregado poderão reforçar a importância de aplicar uma perspetiva de género. | * Níveis de despesa per capita e dimensão da população de crianças fora da escola para os diferentes subsetores (pré-escolar, primeiro ciclo, segundo ciclo, terceiro ciclo e ensino secundário): Os níveis são adequados para se atingir um acesso ao ensino primário (1º ciclo) universal? * Distribuição equitativa de recursos: A despesa pública distribuída por nível de ensino e/ou quintis de rendimento/riqueza e/ou região geográfica e/ou quintis de resultados da aprendizagem. Isto poderá refletir-se em diferenciais na colocação de professores, na qualidade do ambiente da escola, nos materiais de ensino, etc. nos vários grupos * A educação como uma parte das despesas totais do agregado familiar (despesas privadas) em comparação com quintis de rendimento/riqueza e/ou tipo de escola e/ou região geográfica e/ou por nível de ensino (pré-escolar, primeiro ciclo, segundo ciclo, terceiro ciclo e ensino secundário) e/ou nível de escolarização do representante do agregado familiar. * **Presença de fórmulas de financiamento para a alocação de recursos que incorporem, de forma explícita, considerações no âmbito da equidade**, nomeadamente:   + Mecanismos que permitam o financiamento de programas para estudantes marginalizados/populações vulneráveis, incluindo refugiados e pessoas deslocadas internamente   + Presença e uso de orçamentos sensíveis às questões de género e outras ferramentas que tenham em conta a perspetiva de género, tendo em vista uma distribuição equitativa de recursos. |
| **Eficiência:** Estima-se que, praticamente, um terço da despesa com a educação seja gasta de forma ineficiente. Para a avaliar este fator, o GPE preocupa-se, primeiramente, com a eficiência técnica (o menor número de recursos possível para atingir os melhores resultados) e eficiência interna (minimizar as taxas de desistência e de retenção).  Entre as principais preocupações com a eficiência destacam-se as seguintes: baixos níveis de aprendizagem, elevadas taxas de retenção, desperdícios nas adjudicações e assegurar uma distribuição mais justa e mais transparente dos salários dos professores. Lidar com a questão da ineficiência também significa melhorar a monitorização e planeamento financeiro, através do uso de dados em tempo real para verificar como são gastos os recursos. Incutir uma maior responsabilização na realização de despesas e apresentar demonstrações de resultados convincentes são considerados passos fundamentais para a construção de um diálogo mais forte com o ministério das finanças. | * O uso eficiente da equipa de trabalho docente e não-docente, incluindo a contratação e colocação de professores, pagamento de salários, controlo da folha de pagamentos e despesas e medidas de responsabilização para reduzir o absentismo não autorizado dos docentes * Mobilização eficaz de recursos entre os escalões do governo (esta situação será mais relevante em sistemas federais) * Resultados da aprendizagem, por exemplo Anos de Escolaridade Adaptados à Aprendizagem do Banco Mundial (LAYS em inglês), ou seja: as verbas gastas estão de facto a conduzir ao sucesso na aprendizagem? ou apenas à presença na sala de aula? * **Coeficiente de eficiência interna, ou, alternativamente, taxas de retenção e de desistência, caso não tenha um disponível;** o universo das matrículas de crianças menores e maiores de idade. * As despesas cumprem o critério custo/benefício nas áreas com despesas significativas (professores, manuais, construção de salas de aula, etc.)? * Questões mais abrangentes, relacionadas com o sistema, como o modelo de orçamentação, processos de adjudicação, controlo sobre situações de fraude e corrupção e gestão dos funcionários públicos. Isto também poderá incluir, considerações sobre transparência e responsabilização nos relatórios financeiros, através da recolha atempada e completa de dados sobre as despesas realizadas. |
| **Possíveis fontes de evidências**   * Documentos do orçamento nacional que apresentem despesas realizadas e projetadas, incluindo o modelo de despesa nacional e/ou setorial a médio prazo. * Modelo de simulação financeira * Projeções macro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial * Análise do Setor da Educação (ESA em inglês) * Análises da Despesa Pública do Banco Mundial (ADPs) * Relatórios de despesa pública e responsabilidade financeira (PEFA em inglês) | |

**ESCRITÓRIOS**

**Washington**

701 18th St NW

2nd Floor

Washington, DC 20006

EUA

**Paris**

6 Avenue d’lena

75116 Paris

França

**Bruxelas**

Avenue Marnix 17, 2nd floor

B-1000, Bruxelas

Bélgica

**CONTACTO**

**Email:** [information@globalpartnership.org](mailto:information@globalpartnership.org)

**GPE** A transformar a Educação